



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

MAIORIDADE PENAL EM UMA SOCIEDADE REFÉM: A DISCURSÃO TEÓRICA SOBRE OS IMPASSES ENTRE UM MENOR INFRATOR A EDUCAÇÃO NO PAÍS

Bárbara Silva de Lima
Faculdade ASCES
babi_felix28@hotmail.com

Clóvis Lima Bezerra Mendes
Faculdade ASCES
clovismendes95@hotmail.com

Renan Vinicius Brandão
Faculdade ASCES
renanvbrandao@gmail.com

José Orlando Carneiro Campello Rabelo
Faculdade ASCES
orlandorabelo@asc.es.edu.br

Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão
Faculdade ASCES
perpetuadantas@asc.es.edu.br

RESUMO

Introdução: Recentemente a discursão sobre a redução da maioridade penal vem ganhando espaço nas mídias, sendo tratado como a “válvula de escape” para a chamada impunidade dos menores infratores. Imersos em uma sociedade que limita a juventude ao papel de coadjuvante, as políticas públicas voltadas ao combate, controle e em especial à prevenção da violência, eram até bem pouco tempo atrás, elaboradas à revelia destes cidadãos. “Protegido” por sua condição especial de ser em desenvolvimento o jovem permanecia à margem da discussão social do problema enquanto conservava-se como “classe de risco”. A necessidade de procurar por culpados no



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

problema da segurança pública, faz com que se culpabilize indistintamente o jovem, utilizando dados e informações duvidosas. Um primeiro olhar aos textos das políticas e planos de ação governamentais revela a atenção das mesmas voltadas à contenção dos crimes e controle da violência, associando ao quadro os jovens em “situação de vulnerabilidade social”, e propondo ações em áreas de residências de baixa renda consideradas “regiões de interesse para o desenvolvimento urbano” ou “áreas de risco social”. **Objetivo:** O trabalho tem como objetivo discutir acerca dos impasses sobre a redução da maioria penal, articulando este cenário ao debate da educação social. **Metodologia:** O trabalho consiste em uma revisão crítica da literatura. A revisão busca dados e informações em livros, outras obras acadêmicas e internet, buscando dessa forma uma visão de diferentes pontos de vista sobre uma realidade que está tão presente no cotidiano. Ao aproximar estes discursos é possível refletir acerca da participação da educação neste debate. **Resultados:** O grande clamor social como solução para a impunidade desses menores pressiona o Estado para tomar medidas de caráter imediato para diminuição da incidência de atos criminosos que ferem o direito do cidadão a segurança pública, Entretanto será que o Estado tem políticas públicas que auxiliem na redução da maioria? A “reinserção social” dos jovens reeducandos não apresenta dados promissores, além disso, a reincidência desses jovens aumenta assustadoramente. Esse problema social é muito mais que um problema de segurança pública, esta crescendo e impondo a sociedade que tome alguma medida pra breçar uma realidade assustadora. Defendemos que ações preventivas nas escolas se configuram como um caminho viável. **Conclusões:** Se pensarmos em uma participação ampla, comprometida e generalizada dos cidadãos e aliarmos a inexistência de barreiras sociais e geográficas ao fenômeno estudado podemos questionar de início a carência de propostas de intervenções voltadas à juventude, englobando diferentes e diversas etnias, gêneros e classes sociais, pois compreendendo a violência enquanto multideterminada redireciona-se o entendimento deste quadro. Se diferentes elementos contribuem e delineiam as manifestações violentas, pode-se afirmar que os diferentes segmentos populacionais, em épocas diversas, irão produzir



e lidar de diferentes formas com o fenômeno aqui estudado. Assim, as possíveis soluções para o problema deverão ser preventivas, além de interventivas, respeitando a diversidade social.

Palavras-chave: Redução da maioria penal; sociedade; educação.